

## **RELATÓRIO E PARECER N.º 002/2013**

### **SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

#### **EXERCÍCIO 2012**

Na qualidade de responsáveis pelo órgão de Controle Interno do Município de Agudo, vimos apresentar Relatório e Parecer sobre as contas do Poder Executivo, relativos ao exercício econômico e financeiro de 2012. Em conformidade com o previsto no artigo 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do disposto no artigo 113, inciso I, letra “b” da Resolução nº 544, de 21 de junho de 2000, do Tribunal de Contas do Estado, com a redação que lhe deu a Resolução nº 591, de 10 de abril de 2002.

Destaca-se inicialmente que o órgão de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal n.º 1349/2001, regulamentada pelo Decreto n.º 165/2001, tendo sido designados seus membros pelas Portarias n.º 006/2005, 004/2005 e 557/2005.

O Sistema de Controle Interno desenvolveu suas atividades através de auditorias, orientações e prestação de informações visando o pleno atendimento das normas legais. O Sistema atuou através da sistemática de informar e fazer recomendações administrativas através de relatórios, visando sanar irregularidades ou deficiências administrativas detectadas.

Foram realizadas **reuniões**, conforme as **Atas de n.º 001/2012 a 060/2012**.

Foram emitidos:

#### **- 20 Relatórios e Pareceres**

- 001/2012 – Sobre as Contas do Poder Executivo de 2011 ;
- 002/2012 – Recursos Vinculados a Saúde - ASPS do exercício 2011;
- 003/2012 – Recursos Vinculados ao MDE – exercício de 2011;
- 004/2012 – Sobre as Contas do Presidente do Legislativo de 2011;
- 005/2012 – Sobre Inativação de Funcionário Por Tempo de Contribuição;
- 006/2012 – Sobre Inativação de Funcionário Por Tempo de Contribuição;
- 007/2012 – Sobre Inativação de Funcionário Por Implemento de Idade;
- 008/2012 – Sobre Inativação de Funcionário Por Invalidez Permanente ;
- 009/2012 – Sobre Inativação de Funcionário Por Invalidez Permanente ;
- 010/2012 – Sobre Inativação de Funcionário Por Invalidez Permanente;

011/2012 – Sobre Gestão dos Recursos Consulta Popular 2003-2004 – Prosan;  
012/2012 – Sobre Inativação de Funcionário Por Implemento de Idade;  
013/2012 – Sobre Inativação de Funcionário Por Tempo de Contribuição;  
014/2012 – Sobre Inativação de Funcionário Por Tempo de Contribuição;  
015/2012 – Sobre Inativação de Funcionário Por Tempo de Contribuição;  
016/2012 – Sobre Inativação de Funcionário Por Tempo de Contribuição;  
017/2012 – Sobre Inativação de Funcionário Por Invalidez Permanente;  
018/2012 – Sobre Inativação de Funcionário Por Tempo de Contribuição;  
019/2012 – Sobre Inativação de Funcionário Por Invalidez Permanente;  
020/2012 – Relatório do exercício 2012 do SCI ao Executivo Municipal.

**- MCI – Manifestação Conclusiva do Controle Interno**

- 2º Semestre de 2011 e 1º Semestre de 2012 – Sobre Dados do Poder Executivo e Legislativo.

**- Informações Prestadas ao TCE sobre Irregularidades ou Ilegalidades na Gestão Pública**

01 – Processo 064300-0299/12-1 – Sobre Permuta de Servidor;  
02 – Processo 064951-0299/12-2 – Sobre Concurso Público – Câmara Municipal;  
03 – Processo 066782-0299/12-9 – Sobre Servidores em desvio de Função.

**- Questionários Eletrônicos respondidos ao TCE (Levantamentos de dados Executivo e Legislativo.**

01 – PM DE AGUDO – Gestão Ambiental;  
02 – PM DE AGUDO – Sistemas de Licitações e Contratos;  
03 – PM DE AGUDO – Atendimento ao Estatuto da Criança e Adolescente;  
04 – CM DE AGUDO – Quadro de Servidores  
05 – PM DE AGUDO – Quadro de Servidores e Conselhos Municipais;  
06 – PM DE AGUDO – Pesquisa do Transporte Escolar no RGS;  
07 – PM DE AGUDO – Levantamento quantitativo de categorias profissionais;

- 08 – PM DE AGUDO – Levantamento dos Serviços Públicos de Saneamento Básico;
- 09 – PM DE AGUDO – Levantamento da Gestão de Resíduos Sólidos;
- 10 – PM DE AGUDO – Levantamento das Informações disponibilizadas na Internet;
- 11 – CM DE AGUDO – Levantamento das Informações disponibilizadas na Internet;
- 12 – PM DE AGUDO – Aplicações em Títulos Públicos.

- **01 Conferência de Caixa;**
- **01 Recomendação;**
- **02 Memorandos;**
- **37 Auditorias específicas com Recomendações;**
- **90 Ofícios;**
- **08 Relatórios conferências de Empenhos.**

Em análise da execução do orçamento, verificamos o atendimento das metas principais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, constantes do Plano Plurianual 2010/2013.

No que respeita ao atendimento dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, cabem as seguintes considerações:

#### **- OPERAÇÃO DE CRÉDITO**

O Município realizou Operação de Crédito no exercício econômico e financeiro de 2012.

Para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal, bem como no artigo 167, inciso III da Constituição Federal elaboramos o seguinte quadro demonstrativo:

<b>Operações de Crédito</b>	<b>Valor</b>	<b>% s/RCL</b>
Receita Corrente Líquida (RCL)	27.657.417,42	
Montante das Operações de Crédito	457.650,00	1,65%
Limite legal cfe art. 7º da Resolução 43/2001	4.425.186,78	16,00%
Limite de alerta cfe art. 59, § 1º, III da LRF	3.982.668,10	14,40%

Verifica-se pelo acima exposto que o Município atende ao disposto na Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal.

#### **- OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

O Município não realizou qualquer Operação de Crédito através de Antecipação de Receita Orçamentária, no exercício econômico e financeiro de 2012.

#### **- DÍVIDA ATIVA**

Quanto à dívida ativa do município, verificou-se a seguinte situação: o balancete de verificação demonstra que a dívida ativa do município foi inscrita no grupo da DIVIDA ATIVA À CURTO E LONGO PRAZO e demonstra a movimentação conforme quadro a seguir:

#### **MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA:**

	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Dívida Ativa Tributária	1.305.266,38	135.412,85	153.484,78	1.287.194,45
Dívida Ativa Não Tributária	600.042,37	52.638,27	57.259,82	595.420,82
(R) Prov. Perdas	- 1.111.343,72	0,00	300.727,84	- 1.412.071,56
<b>TOTAL</b>	<b>793.965,03</b>	<b>188.051,12</b>	<b>511.472,44</b>	<b>470.071,56</b>

#### **- RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA**

Quanto aos restos a pagar, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2012, revela que o total de empenhos liquidados a pagar foi de **R\$ 531.508,27** e o total de empenhos a liquidar a pagar foi de **R\$ 2.839.972,10**. Estes valores foram inscritos em restos a pagar não processados e processados, respectivamente. Confrontando-se tais empenhos com as disponibilidades de caixa verificada em 31/12/2012 e respeitada as fontes de recursos correspondentes, temos os seguintes demonstrativos:

**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR:**

<b>RECURSO</b>	<b>Disponibilida de em 31.12.2012</b>	<b>(-) Restos a Pagar</b>	<b>(=) Disponibilidade Financeira 31.12.2012</b>
0001 – Livre	784.243,94	434.597,71	349.646,23
0020 – MDE	47.965,06	32.433,38	15.531,68
0031 – FUNDEB	46.032,70	342,00	45.690,70
0040 – ASPS	106.886,38	104.188,06	2.698,32
0050 - RPPS PreviAgudo	25.117.673,03	770,39	25.116.902,64
1036 – Quad. Três Maio	93.922,74	90.336,05	3.586,69
1045 – C. F. U. R. Hídric.	28.636,20	20.000,00	8.636,20
1055 – Transp. Ed. B. Est.	32.352,56	14.642,27	17.710,29
1081- Salários Educ União	5.770,86	84.294,55	-78.523,69
1085 – CIDE	8.133,81	45.000,00	-36.866,19
1108 – Ind. Gest. Desc.	14.704,64	290,03	14.414,61
1129 – C. Arroio Hermes	511.893,88	500.000,00	11.893,88
1135 – Pro Muni. - Picada	147.068,82	125.393,49	21.675,33
1136 – Pro Muni. – J./R./F.	236.444,87	220.865,17	15.579,70
1137 – Pro Muni. – Hugo	92.916,84	103.000,00	-10.083,16
1144 – Const. de Cami.	93.230,97	98.970,00	-5.739,03
1165 – PIMES – CAIXA	376.354,42	376.354,42	0,00
1179 – Arroio Hermes IV	1.122.292,17	1.107.977,85	14.314,32
4620 – SAMU	25.030,91	12.024,40	13.006,51
<b>TOTAL</b>		<b>3.371.479,77</b>	

**Observações:**

1. Foram relacionados apenas os recursos que possuem restos a pagar;
2. Os empenhos sem suficiência financeira são os recursos: 1081, 1085, 1137 e 1144;

**- DESPESA COM PESSOAL**

No tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os Artigos 18 a 23, da Lei Complementar nº 101/2000, cabem as seguintes considerações:

Receita Corrente Líquida (RCL)	27.657.417,42
Despesas com Pessoal computáveis nos últimos 12 meses	13.615.875,15 = 49,23% s/ RCL
Limite de alerta cfe. art. 59, § 1º, II da LRF	13.441.504,87 = 48,60% s/ RCL
Limite prudencial cfe. art. 22, § único da LRF	14.188.255,14 = 51,30% s/ RCL

Limite legal cfe. art. 20, III, "b" da LRF	14.935.005,41 = 54,00% s/ RCL
--	-------------------------------

Verifica-se que o limite de despesa com pessoal está acima do limite de alerta conforme art. 71 da Lei Complementar nº 101/2000, conforme o demonstrativo acima, onde foi inserido no Modelo 1 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida o valor 1.592.937,39 referente a devolução conforme Lei Complementar nº 15/2012.

### - DÍVIDA CONSOLIDADA

A dívida consolidada líquida do Município apresentou a seguinte posição em 31/12/2011 a qual atende ao disposto na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:

Receita Corrente Líquida RCL	27.657.417,42
Dívida Consolidada	2.744.940,65
Precatórios incluídos no orçamento e não pagos	0,00
(-) Disponibilidades de Caixa (exceto do RPPS)	519.494,72
(-) Aplicações Financeiras (exceto do RPPS)	1.922.363,30
(-) Demais disponibilidades financeiras (exceto do RPPS)	2.347.920,27
(+) Obrigações financeiras (exceto do RPPS)	1.454.814,11
<b>(=) Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>0,00</b>
Limite de emissão de alerta cfe. art. 59, § 1º, III da LRF	29.870.010,81 = 108%
Limite legal cfe. art. 3º, II da Resolução 40/2001	33.188.900,90 = 120%

### - ALIENAÇÃO DE BENS

No exercício econômico e financeiro de 2012 houve a alienação de bens integrantes do Ativo Permanente, os valores arrecadados foram aplicados na forma prescrita no artigo 44 da Lei Complementar nº 101/2000, conforme descrito a seguir:

Alienação de Bens Imóveis – Vínculo 1031	0,00
Alienação de Bens Móveis – Vínculo 1041	45.865,00
Rendimentos de aplicações	0,00
Alienação de Outros Bens integrantes do Ativo	0,00
<b>Total da Alienação de Bens</b>	<b>45.865,00</b>
Aquisição de Bens Móveis	45.580,35
Aplicação dos Recursos na Amortização de Capital	0,00
Aplicação dos Recursos na Amortização da Dívida	0,00
Aplicação dos Recursos em despesas correntes do RPPS	0,00
<b>Saldo a Aplicar</b>	<b>284,65</b>

**Observação:** Os valores foram depositados em conta específica bancária de alienação de bens.

### - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria no exercício econômico e financeiro de 2012, observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/1964, que todas foram escrituradas em conformidade com as normas aí previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excederam o montante autorizado, sendo autorizados os seguintes créditos especiais:

Despesa Fixada		40.142.750,00
Créditos Suplementares	9.112.508,59	
(-) Reduções	5.989.597,26	
Créditos Especiais		
Créditos Extraordinários	0,00	
Abertos no Exercício	0,00	
Sub Total		3.122.911,33
<b>Total da Despesa Autorizada</b>		<b>43.265.661,33</b>

Estes créditos adicionais autorizados são provenientes da utilização dos seguintes recursos:

Superávit Financeiro	896.193,10
Excesso de Arrecadação	2.127.718,23
Anulação de Dotações na mesma Entidade	5.989.597,26
Anulação de Dotações entre Entidades	0,00
Operações de Crédito	0,00
Convênios, Auxílios e/ou Outros	99.000,00
<b>Total</b>	<b>9.112.508,59</b>

Analisando os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados

para a sua cobertura, conforme o prescrito no art. 43 da Lei 4.320/1964, no exercício econômico e financeiro de 2012.

Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei Federal nº 4.320/1964 e Portarias Ministeriais.

Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos Artigos. 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/1964.

As Notas de Empenho e respectivos pagamentos estão acompanhados de documentação comprobatória.

Os bens móveis e imóveis adquiridos ou alienados no exercício econômico e financeiro de 2012 foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.

#### **- DEMONSTRATIVOS DO ALMOXARIFADO E DO PATRIMÔNIO**

O relatório dos materiais estocados em almoxarifado e o relatório dos bens móveis estão de acordo com os registros contábeis, conforme demonstrativo abaixo:

<b>Especificação</b>	<b>Contabilidade</b>	<b>Almo./Patrim.</b>	<b>Diferença</b>
Almoxarifado	108.132,75	108.132,75	0,00
Bens Móveis	6.702.418,13	6.702.418,13	0,00
Bens Imóveis	5.032.796,13	0,00	5.032.796,13

No controle contábil das operações financeiras extra-orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada.

#### **- DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS:**

Analisando-se os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, especificamente o Balanço Financeiro (Anexo 13), Balanço Patrimonial (Anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15), verificou-se o atendimento das normas legais vigentes, mediante a aplicação dos seguintes testes de consistência e relação de saldo contábil.

##### **Balanço Financeiro:**

Verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2012, mediante a aplicação do seguinte teste:



Saldo anterior do ativo disponível (caixa e bancos)	23.913.995,49
(+) Receita orçamentária realizada	37.796.994,74
(+) Transferências Recebidas	3.194.421,40
(+) Extra - Orçamentária	30.124.718,53
(-) Despesa orçamentária realizada (empenhada)	33.998.415,46
(-) Transferências Recebidas	3.932.797,89
(-) Extra – Orçamentária	29.531.025,14
<b>(=) Saldos das disponibilidades em 31/12 (caixa e bancos)</b>	<b>27.567.891,67</b>

#### **Demonstração das Variações Patrimoniais:**

A consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos seguintes dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2012, conjugados com a movimentação da Receita, Variações, Despesa Orçamentária e Mutações. O resultado encontrado coincide com aquele constante no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, demonstrando a consistência das informações contábeis.

Receita orçamentária realizada	40.991.416,14
(+) Variações ativas resultantes da execução orçamentária	4.011.466,41
(+) Variações ativas independentes da execução orçamentária	4.452.022,20
(-) Despesa orçamentária realizada (empenhada)	37.931.213,35
(-) Variações passivas resultantes da execução orçamentária	674.103,39
(-) Variações passivas independentes da execução orçamentária	12.967.918,94
<b>(=) Resultado do exercício (Déficit)</b>	<b>2.118.330,93</b>

O resultado encontrado coincide com aquele constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais (Anexo 15), demonstrando a consistência das informações contábeis.

#### **Balanco Patrimonial:**

Para fins de verificação da consistência das informações constantes do demonstrativo, foi verificada a consistência dos valores do encerramento do exercício e a situação patrimonial encontrada.

### BALANÇO PATRIMONIAL – Anexo 14

Ativo Financeiro	27.567.891,67
Ativo Permanente	14.743.720,62
Ativo Compensado	4.154.837,66
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>46.466.449,95</b>
Passivo Financeiro	3.523.146,69
Passivo Permanente	25.305.348,44
Passivo Compensado	4.154.837,66
Superávit Patrimonial	13.483.117,16
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>46.466.449,95</b>
Saldo patrimonial do exercício anterior	15.601.448,09
(+) Resultado do exercício apurado conforme Demonstração das variações patrimoniais	- 2.118.330,93
<b>(=) Saldo patrimonial do exercício atual (31/12/2012)</b>	<b>13.483.117,16</b>

Tal informação coincide com o Saldo Patrimonial constante do Balanço Patrimonial, demonstrando a consistência das informações.

### DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

TÍTULOS	SALDO INICIAL	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO FINAL
<b>Outras Obrigações</b>				
Parcelamento RPPS	0,00	0,00	804.693,18	804.693,18
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>804.693,18</b>	<b>804.693,18</b>
<b>Em Contratos</b>				
Pró-Moradia I	28.833,65	5.587,99	5.428,25	28.673,91
Pró-Moradia II	31.851,80	8.891,28	7.784,80	30.745,32
PIMES Caixa/RS	0,00	0,00	457.650,00	457.650,00
<b>Subtotal</b>	<b>60.685,45</b>	<b>14.479,27</b>	<b>470.863,05</b>	<b>517.069,23</b>
<b>Débitos Parcelados INSS</b>				
Parcelamento RPPS	1.952.049,09	1.952.049,09	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>1.952.049,09</b>	<b>1.952.049,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outras Obrigações a Pagar</b>				

Parcel. RPPS	0,00	1.671.701,74	3.899.573,16	2.227.871,42
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>1.671.701,74</b>	<b>3.899.573,16</b>	<b>2.227.871,42</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.012.734,54</b>	<b>3.638.230,10</b>	<b>5.175.129,39</b>	<b>3.549.633,83</b>

A movimentação da dívida fundada interna, Anexo 16, demonstra que o município está cumprindo com as metas fiscais previstas, reduzindo algumas dívidas inscritas, permanecendo no Limite da LRF e Resolução do Senado Federal.

## PARECER

A análise específica da Execução Orçamentária, com o detalhamento do Orçamento, Créditos Adicionais, análise da Receita e Despesa, confronto entre os valores realizados através da Receita e os dispêndios realizados através da Despesa pública, do Balanço Financeiro, do Balanço Patrimonial, da Dívida Pública, com o detalhamento da Dívida Fundada, Dívida Flutuante, da Demonstração das Variações Patrimoniais, com detalhamento das Variações, Mutações e a apuração do Resultado do Exercício, foram devidamente analisados através do Relatório apresentado pelo Chefe do Executivo Municipal, o qual é parte integrante do Balanço Geral do Exercício econômico e financeiro em análise.

Diante do exposto, o Controle Interno é de Parecer que as principais metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e elencadas na Lei Orçamentária do exercício econômico e financeiro de 2012, foram adequadamente cumpridas de acordo com as disponibilidades financeiras.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado sem fins lucrativos, nota-se que o Município concedeu auxílios e subvenções sociais, mediante convênio a diversas entidades, visando a diferentes objetivos, os quais foram alcançados, observando-se que houve a devida prestação de contas dos recursos repassados.

A análise da movimentação financeira e orçamentária relativa ao período em análise foi efetuada de acordo com as normas de controle e princípios fundamentais de contabilidade, incluindo revisões parciais dos registros e documentos contábeis. A consistência dos dados apresentados está de acordo com as operações efetuadas no exercício econômico e financeiro de 2012.

Em nossa opinião, os registros e documentos examinados traduzem adequadamente a execução orçamentária de responsabilidade do Administrador Municipal.

É o relatório e parecer.

Agudo, 13 de fevereiro de 2013.

---

Ademir Kessler

---

José Luiz Gomes Ramos

---

Wolfgang Amadeus Gehrke